

As Artimanhas neoliberais em Honduras

Francisco Uribam Xavier de Holanda ¹

Resumo

A partir de 1992, Honduras, dentro dos acordos de reformas estruturais neoliberais, promulgou a Lei de Modernização e Desenvolvimento do Setor Agrícola, Lei que serviu para intensificar o processo de exploração e expulsão de camponeses e povos indígenas de suas terras. Em junho de 2009, com o golpe que depôs o presidente Manuel Zelaya, eleito como um governo neoliberal e que depois se aliou à ALBA e se aproximou de Hugo Chávez, o neoliberalismo tentou criar um Estado dentro do Estado, a chamada Região Especial de Desenvolvimento – RED ou Cidades Privatizadas. É sobre este projeto, que foi derrotado pelas lutas camponesas, indígenas e de setores populares, que trata esse artigo.

Palavras-chave: Cidades privatizadas. Honduras. Povos indígenas. Neoliberalismo.

Neoliberal tricks in Honduras

Abstract

In 1992, according to agreements to advance neoliberal reforming measures, Honduras promulgated the Agricultural Modernization Law that helped intensifying the process of evicting peasants and indigenous peoples from their land. In June, 2009, neoliberal leaders tried to create a state within the State, the so-called Special Region of Development – RED or Privatized Cities, as an offensive against the coup that overthrew President Manuel Zelaya who was elected in a neoliberal frame and later allied with ALBA and approximate Hugo Chávez. This article evaluates this project that was defeated by struggles led by peasants, indigenous peoples and other popular groups.

Keywords: Privatized cities. Honduras. Indigenous People. Neoliberalism.

Introdução

Na década dos anos de 1970, entre os anos de 1973 e 1978, foi implantada uma política de reforma agrária que distribuiu cerca de 120 mil hectares de terras em Honduras, e, juntamente com a política de reforma agrária, foi instituído um programa de migração induzida com o objetivo de transferir camponeses para região do Baixo Aguán, zona despovoada do Atlântico hondurenho.

Em 1992, dentro do marco dos acordos de reformas estruturais neoliberais, foi promulgada a Lei de Modernização e Desenvolvimento do Setor Agrícola. A partir desse momento, Honduras entrou no processo de reconcentração das melhores terras² do país. Tal lei permitiu que empresários e

¹ Graduado em Filosofia Política e Doutor em Sociologia, professor da área de ciência política do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC). E-mail: uribam@ufc.br

² Honduras possui mais de um terço de seu território composto por terras cultiváveis e áreas de pasto. O setor agropecuário representa 28% de seu produto interno bruto – PIB. Contudo, uma grande quantidade de famílias continua sem ter acesso à terra; milhares de famílias rurais possuem apenas entre 1 e 3,5 hectares de terra

grandes produtores expandissem suas propriedades além do limite máximo de propriedade que estabelecia a Lei de Reforma Agrária dos anos 70.

Numa reação ao processo de reconcentração de terras promovido pelo ajuste estrutural neoliberal, em 2001, os camponeses iniciaram um processo de recuperação de terras, reivindicando como suas as áreas com plantação de dendê.

O Golpe e o avanço neoliberal

Com o golpe de Estado de 28 de junho de 2009, que depôs o presidente Manuel Zelaya, multiplicaram-se as violações contra os direitos humanos. A pressão mais intensa foi na região do Baixo Aguán, onde a luta pelo acesso à terra foi mais forte entre o final de 2009 e abril de 2011.

No final de 2009 [no dia 9 de dezembro], trabalhadore(a)s do Movimento Unificado Camponês do Aguán (MUCA), num total de 2.500 famílias, tentaram recuperar 20 mil hectares que consideravam seus por direito. A resposta foi o desencadeamento de atos de violência: despejos de famílias, detenções ilegais, mandatos de prisão, assassinatos e ataques armados praticados pela polícia, pelos seguranças privados dos empresários e pelo exército. Os conflitos resultaram na morte de 23 camponeses, um jornalista e sua esposa, num total de 25 assassinatos. Diante da repercussão e da militarização do conflito, o governo e o MUCA assinaram um acordo em 13 de abril de 2010. Porém, o Movimento Autêntico Renovador dos Camponeses de Aguán (MARCA) não assinou o acordo estabelecido entre o MUCA e o governo, alegando não confiar em acordos políticos.

Após o golpe de Estado, o Conselho Cívico de Organizações Populares e Indígenas de Honduras (COPINH) denunciou que é na Secretaria de Recursos Naturais e Ambiente (SERNA) onde são planejadas e executadas as irregularidades que permitem às empresas transnacionais explorarem as terras dos povos indígenas (Tulapanes, Pech, Miskitos, Maya-Chortis, Lencas, Garífunas).

Os povos Lencas e os Garífunas estão entre os povos indígenas mais afetados pela exploração e militarização de seus territórios. As ameaças partem de ações que visam a expulsá-los de suas terras. Atualmente, os povos Lencas são vítimas de 15 projetos hidrelétricos e extrativistas, em curso no seu território, que ameaçam destruir a cultura local, o modo de vida das populações originárias e a

para sobreviverem; e existe grande concentração de terra nas mãos de poucos particulares, o que contribui para existência de um índice elevado de pobreza em um país rico em recursos naturais.

biodiversidade. Já os Garífunas sofrem pela ameaça de serem desabrigados de seu território para construção de uma cidade modelo privatizada.

A Privatização das águas e de seus recursos

Existem em Honduras 35 bacias hidrográficas principais. Só as bacias dos Rios Patuca (25 mil/km²) e Ulúa (22 mil/km²) cobrem uma área de 47 mil/km². Em agosto de 2009, em plena crise institucional instalada depois do golpe de Estado, o Congresso Nacional aprovou a Lei Geral de Águas, que prevê a possibilidade de conceder às empresas privadas os recursos hídricos do país. Rapidamente, em setembro, a Empresa Nacional de Energia Elétrica (ENEE) anunciou uma licitação internacional (número 100-1293-2009) para contratação de 250MW de energia renovável. Logo em seguida, em abril de 2010, o governo de Porfirio Lobo, por intermédio do Ministério de Recursos Naturais, concedeu aprovação para licitação de 47 contratos de produção de energia; os contratos foram realizados com a ENEE e aprovados pelo Congresso Nacional em outubro. A Associação Hondurenha de Pequenos Produtores de Energia Renovável (AHPPER) abocanhou 70% do total licitado, e já controlava quase a totalidade da geração de energia térmica do país.

Manifestando-se contra esse projeto, que não passou por uma discussão com a sociedade e nem com os povos diretamente afetados, a presidenta da Coalizão Patriótica Nacional (CPN), Juliette Handal, adverte que não houve uma verdadeira licitação, mas um acordo entre governo e empresários para garantir a privatização dos rios, ganhos milionários aos grupos econômicos e a falência financeira da ENEE. Já Romy Hernández, membro do Colégio de Engenheiros Civis de Honduras, afirma que todo o processo foi fraudulento. Entre as mudanças nos termos de referência apresentadas em relação ao edital de licitação, ele aponta o aumento do prazo de contrato de 20 para 30 anos, a concessão dos rios por até 50 anos e o aumento médio do kW/h contratado. Na proposta inicial de licitação, previa-se a concessão de 250MW, mas foram concedidos 709MW, o que garante às empresas um ganho líquido de 712% sobre o investimento realizado.

A aprovação dos 47 contratos para produção de energia renovável pelo governo de Honduras provocou a indignação e o rechaço dos povos indígenas, dos afrohondurenhos e das organizações sociais que consideram a medida “um atentado à soberania de seus territórios e dos recursos naturais” (TRUCCHI, 06 nov. 2010, p. 4). O Movimento Amplo pela Dignidade e Justiça (MADJ)

denunciou que nenhum dos projetos em curso apresentou estudos de impactos ambientais. Além disso, Juan Antonio Mejía, membro do MADJ, diz: “há até uma cláusula onde, de antemão, se exime as empresas de responsabilidade por qualquer tipo de desastre ambiental ou acidente que venha ocorrer no futuro” (TRUCCHI, 06 nov. 2010, p. 4).

O Conselho Cívico de Organizações Populares e Indígenas de Honduras (COPINH) iniciou um processo de resistência, por meio da articulação de mobilizações, em defesa da água, dos rios e dos territórios dos povos indígenas e afrohondurenhos. Diante das campanhas midiáticas que dizem que as organizações sociais são contra o desenvolvimento, a resposta do COIPINH é a de que

apontamos para um desenvolvimento baseado na dignidade humana, no respeito à mãe terra, no equilíbrio frágil entre os seres humanos e nosso planeta. Apontamos para uma geração de energia que respeite os ecossistemas, os direitos humanos, territórios e culturas dos povos indígenas e que não estejam baseados na lógica extrativista do capitalismo (CÁCERES *apud* TRUCCHI, 06 nov. 2010, p. 6).

A Criação de cidades privatizadas (Región Especial De Desarrollo – RED)

O presidente Porfirio Lobo assinou (no dia 6 de setembro de 2012) um memorando o qual aprova a criação de três Regiões Especiais de Desenvolvimento (REDs) ou cidades modelo privatizadas, ou seja, ilhas de independência dentro do país. Para o presidente, trata-se do “mais importante projeto do país em meio século” (LISTA, 13 set. 2012). As REDs foram idealizadas pelo economista da Universidade de Nova York, Paul Romer, cuja ideia era dar ao país poder para transferir autonomia de parte de seu território para que empresas internacionais, de países desenvolvidos, gerassem empregos e desencadeassem um processo de desenvolvimento por tempo indefinido. Submetidas a esse tipo de contrato, as cidades modelo teriam um tipo diferente de administração baseada em regras de mercado praticadas por países desenvolvidos, por novas leis e por um sistema diferente de impostos.

As cidades modelo (*Charter City*) foram concebidas por Romer como uma concessão de territórios desabitados para que, por meio de investimentos estrangeiros, pudessem alcançar níveis ótimos de desenvolvimento. O projeto foi instituído pelo Decreto n. 283-2010, e com ele foi criada a Comissão de

Transparência, presidida por Paul Romer e quatro de seus assessores. A Comissão nunca assumiu de direito, pois o presidente Porfírio Lobo nunca publicou a nomeação de seus membros no Diário Oficial.

As cidades modelo não foram aprovadas com local definido para serem construídas, pois a proposta previa sua implantação por meio de investimentos privados e gerenciamento de forma autônoma pelos investidores. Trata-se de um projeto de privatização de parte do território nacional hondurenho por meio do qual será dado aos investidores o direito de estabelecerem, em cada cidade privada, poderes executivos, legislativos e judiciários desvinculados do governo nacional. Cada cidade terá, ainda, agente de segurança, sistema tributário, legislação própria e poder para ratificar tratados internacionais, firmar parcerias bilaterais e estabelecer sua própria política migratória. É uma cidade privada que tem estrutura e poder de nação dentro de uma nação, um Estado artificial como imaginou Hobbes.

Para implantação das REDs, o governo de Porfírio Lobo criou a Comissão para Promoção da Parceria Público Privada, cujo presidente é Carlos Pineda. O argumento do governo é de que as REDs são uma forma de fortalecer a infraestrutura nacional, combater as desigualdades sociais, e tentar eliminar a corrupção e o tráfico de drogas. Segundo Carlos Pineda, o projeto de criação de cidades privatizadas “tem o potencial de transformar Honduras em uma máquina de dinheiro, é um instrumento de desenvolvimento típico de países do primeiro mundo” (LISTA, 13 set. 2012).

O governo chegou a anunciar que o grupo de investimentos norte-americanos MGK havia se comprometido em investir 15 milhões de dólares para a construção da infraestrutura básica da primeira cidade modelo a ser localizada em Puerto Castilla, na costa caribenha. O presidente do Congresso Hondurenho, Juan Hernandez, tem a expectativa de que a cidade modelo a ser instalada em Puerto Castilla gere cinco mil postos de trabalho imediatos e 20 mil a longo prazo. Porém, durante o mês de setembro de 2012, os jornais publicaram que tal grupo não existe. Essa informação contribuiu para que Paul Romer e sua equipe, por meio de carta, pedissem o afastamento do projeto e da Comissão de Transparência, alegando justamente falta de transparência por parte do governo na condução do projeto. Contudo, sabe-se que, devido às pressões dos movimentos sociais, indígenas e afrohondurenhos, o Congresso Nacional vem promovendo alterações, na concepção do projeto apresentado por Romer, motivo maior que justificou o seu desvinculamento do projeto.

O gerente administrativo do Congresso Nacional de Honduras, Ebal Díaz, em uma entrevista ao Diário El Heraldo, afirmou que não se pode, como defende Paul Romer, criar cidades modelo onde um país estrangeiro tome posse de parte do território de outro e o administre. Não se pode permitir que uma companhia privada estrangeira administre parte do território nacional. Diante disso, o Congresso criou um modelo institucional de RED subordinado à Constituição de Honduras. Segundo Ebal Díaz, “a proposta de Paul Romer viola a Constituição e a soberania nacional e a adequamos às nossas leis, tropicalizamos a ideia” (EL HERALDO, 12 set. 2012). Para ele, as mudanças efetivadas em relação à proposta original de Romer são claramente identificadas no primeiro artigo do Estatuto das REDs, que diz o seguinte:

as regiões especiais de desenvolvimento são partes inalienáveis do Estado de Honduras e estão sujeitas ao mesmo em todos os temas relacionados a soberania, defesa nacional, relações exteriores, temas eleitorais, emissão de documentos de identidade e passaporte (LA PRENSA, 15 ago. 2013).

Depois das mudanças promovidas na proposta, quatro zonas foram apontadas como potenciais para instalação das cidades modelo: 1) na Barra do Rio Motagua, no Valle de Cuyamel; 2) próximo ao Puerto Cortés, na zona de Bajamar; 3) ao sul de Honduras, na zona que compreende o Valle de Goascorán, Alianza e a Isla de Amapala; 4) na zona do Valle de Sico e Paulaya, região próxima de Puerto Castillo. Alguns deputados criticam a escolha desses locais, argumentando que eles são pólos já desenvolvidos, com uma grande infraestrutura pronta, portanto, o que vão construir são parques industriais privados, e não cidades modelo.

Mesmo diante das mudanças no projeto, Ramon Custodio, do Comissariado de Direitos Humanos, expressou publicamente seu desacordo com a ideia de que se ocupem mais fronteiras ou que se divida o território nacional para a instalação de cidades modelo.

Na área de Puerto Castilla, local anunciado para ser construída a primeira REDs, vive uma grande comunidade indígena, Garífuna, que nem sequer foi consultada sobre o projeto. Movimentos Sociais e organizações indígenas classificam o projeto como sendo uma “catástrofe”. Para Miriam Miranda, presidente da Organização Fraternal dos Negros de Honduras (OFRANEH), os territórios de Puerto Castilla “pertencem ao povo Garífuna e não podem ser entregues ao capital estrangeiro em um gesto de puro colonialismo, idêntico

àquele que prevalecia em Honduras na época em que o país era chamado de república das bananas” (OFRANEH, s./d., s/p.).

No dia 12 de setembro de 2012, o presidente Porfírio Lobo, Juan Orlando Hernandez e outros deputados foram denunciados à Corte Suprema de Justiça (CSJ) devido à aprovação da proposta de privatização do território hondurenho, usando como justificativa combater as desigualdades sociais. O argumento central que fundamenta a moção junto à Corte Suprema de Justiça é o de que a iniciativa representa uma “traição à pátria”, o mesmo argumento utilizado para tirar o ex-presidente Manuel Zelaya do poder, em junho de 2009. Oscar Cruz, ex-promotor constitucional e um dos signatários da moção, alertou para a inconstitucionalidade do projeto argumentando que “essas cidades pressupõem a criação de Estados dentro do Estado, uma entidade comercial com poderes de Estado fora da jurisdição do governo” (EL HERALDO, 12 set. 2012). Já Sandra Marybel Sanchez, outra signatária da moção, afirmou que o projeto das REDs “violará os direitos de cada cidadão porque significa a concessão de parte de nosso território a uma cidade que terá sua polícia, seu próprio poder judiciário e seu próprio sistema tributário” (EL HERALDO, 12 set. 2012). Até o mês de outubro de 2012, mais de 50 recursos de inconstitucionalidade já haviam sido interpostos perante a Corte Suprema de Justiça.

No dia 8 de outubro de 2012, a Organização de Desenvolvimento Étnico e Comunitário (ODECO) realizou uma conferência nacional: “Cidades Modelo, Terras Garífunas, Viabilidade e Consequências para o Desenvolvimento Nacional”, de onde saiu o seguinte manifesto:

La ODECO considera que el país necesita propiciar las condiciones necesarias para la generación de oportunidades de inversión que a su vez faciliten a las y los hondureños su inserción dentro del concierto de las naciones como un país donde se puede impulsar el crecimiento económico y desarrollo humano; sin necesidad de comprometer la soberanía nacional ni los sagrados intereses del pueblo hondureño y de manera particular los intereses directos de la población Indígena y Afrohondureña. Deben observarse y tomarse en cuenta las Leyes nacionales y convenios internacionales, el respeto a los derechos humanos, como condición indispensable para impulsar un **Gran Proyecto de Desarrollo Nacional**, que se implemente el derecho a la consulta previa al pueblo hondureño y de manera particular a los pueblos Indígenas y Afrohondureños, razón por la cual nos pronunciamos en contra de las Regiones Especiales de Desarrollo (RED), por errores, limitaciones y excesos jurídicos identificados en su Decreto de creación (Decreto Legislativo n. 283-2010, Gaceta n. 32,443 del 15 de febrero de 2011).

El Gobierno de la República debe esforzarse por crear mecanismos que transformen a Honduras en un País Modelo, mejorando sus niveles de lucha contra la corrupción, los mecanismos de transparencia y auditoría social sobre los recursos provenientes de la recaudación fiscal y los negocios del estado para que puedan financiarse los planes programas y proyectos que viabilicen el derecho al desarrollo humano, a la educación, salud, vivienda, medio ambiente, empleo, acceso a recursos económicos, el respeto a la cultura y costumbres de los pueblos Indígenas, Afrohondureños y del pueblo hondureño en general. Es imperativo para el Estado de Honduras, la implementación de mecanismos que permitan a la población su plena realización humana.

Se deben observar las distintas propuestas que en materia de desarrollo socioeconómico presenten los diferentes sectores que puedan ser convocados para tales efectos por el Gobierno, mediante sus entidades para propiciar un clima de cohesión social y consenso nacional sobre la forma y estilo de desarrollo que los pueblos y comunidades deseen poner en práctica.

Consideramos que se deben tomar en cuenta las propuestas innovadoras para impulsar el desarrollo nacional basado en las potencialidades marinas costeras y otras iniciativas, una de ellas sería la construcción de un Ferrocarril Interoceánico desde Trujillo – Puerto Castilla, hacia el sur del país. Con este proyecto “Honduras pasaría a ser centro del mundo, por su importancia geoestratégica. Esto ayudaría a modernizar la nación, en todos sus aspectos. Con él, ahorraríamos aproximadamente 8 días- barco-viaje hacia y desde el sudeste asiático- Este Estados Unidos- Europa. Es Viable en todos los sentidos. Honduras pasaría a ser autofinanciable y generaría un cuasi pleno empleo”.

Finalmente manifestamos, que en caso de no observarse las recomendaciones sobre las Regiones Especiales de Desarrollo, ejerceremos el derecho a la movilización ante la posible violación de los derechos humanos del pueblo hondureño a través de la creación y funcionamiento de las Ciudades Modelos, porque los argumentos que sustentan su creación, lesionan los intereses de la colectividad nacional, en ese sentido invitamos a la Corte Suprema de Justicia a ratificar lo resuelto por la Sala de lo Constitucional, respecto a la inconstitucionalidad del Decreto Legislativo n. 283-2010. Dado en el Centro Cultural Satuye, ciudad de La Ceiba, a los ocho días del mes de octubre del año dos mil doce (ODECO, 08 out. 2012).

Os movimentos sociais, os povos indígenas e os afrohondureños estão em campanha contra o projeto de instalação das cidades modelo, cujo lema da campanha é: “soberania popular sin ciudades modelos”. As críticas às REDs podem ser assim sistematizadas: 1) é uma maneira de entrega do Estado ao poder do capital internacional; 2) as grandes corporações exercerão o papel de Estado e de mercado, dentro dos novos territórios, enfraquecendo o exercício da cidadania; 3) a privatização da elaboração das leis, da aplicação da justiça e do recolhimento de impostos pode gerar novos modelos de exploração e de dominação; 4) nada garante que, se houver crescimento econômico, haverá

crescimento social, distribuição de renda e combate à pobreza; 5) As REDs são uma forma de violação da soberania nacional e de violência contra as populações originárias que são donas das terras onde elas serão implantadas.

Finalmente, depois de 65 recursos impetrados por diferentes setores da sociedade junto à CSJ, arguindo a inconstitucionalidade das REDs e acusando de traição à pátria 126 deputados, o presidente do Congresso Nacional, Juan Orlando Hernández, e o presidente do país, Porfírio Lobo de Sosa, a CSJ pronunciou-se pela inconstitucionalidade do projeto. A declaração de inconstitucionalidade foi obtida por meio da luta das organizações políticas e sociais, e de milhões de pessoas que se integraram ao movimento popular, também pela crise gerada a partir do choque de interesses políticos e econômicos entre os grupos que ocupam o poder em Honduras.

Em um manifesto, publicado no dia 21 de outubro de 2012, comemorando a declaração de inconstitucionalidade, o Espaço Refundacional da Frente Nacional de Resistência Popular de Honduras (FNRP) afirma o seguinte:

Manifestamos que las ciudades modelo son parte de un plan del capitalismo salvaje expresado en el modelo neoliberal que somete a nuestros pueblos y por lo tanto alertamos desde ya a toda la población hondureña a mantenernos en lucha permanente y llevar a cabo acciones concretas en contra de las más de 370 concesiones mineras que entregan más de 35 000 kilómetros cuadrados de nuestro territorio al capital extranjero en su mayoría canadiense, los proyectos hidroeléctricos que benefician a grupos económicos y políticos confabulados desde el Congreso Nacional, donde se continúan privatizando los servicios públicos, se violentan los derechos laborales y los derechos humanos en general.

Reiterar que la declaratoria de inconstitucionalidad de las ciudades modelo no es producto de la benevolencia de una Corte Suprema de Justicia golpista y corrupta sino una victoria del pueblo en resistencia que una vez más ha dejado de manifiesto que la soberanía no está en venta, que no es objeto de negociación, que la soberanía se protege y se defiende (ER, 21 out. 2012).

Aqui fica claro que, sem um processo de resistência, não haverá vitória contra o atual padrão mundial de poder, e que essa vitória dos povos hondurenhos é um bom exemplo para o resto do continente, pois as empresas transnacionais que querem usurpar dos bens naturais na América Latina são sempre as mesmas, como as canadenses, que exploram os minérios em Honduras e estão explorando os minérios na região do Xingu, no Brasil.

Referências

EL HERALDO. País. **Honduras: tropicalizamos la idea de las ciudades modelo.** Tegucigalpa, 12 set. 2012. Disponível em: <<http://www.elheraldo.hn/csp/mediapool/sites/ElHeraldo/Pais/story.csp?cid=572440&sid=299&fid=214>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

ER (Espacio Refundacional). **Ante la resolución de inconstitucionalidad de las regiones especiales de desarrollo, RED – Ciudades Modelo.** 21 out. 2012. Disponível em: <<http://noalasciudadesmodelos.webs.com/>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

LA PRENSA. **Hubo fallo importante en la transparencia:** Paul Romer. 15 ago. 2013. Disponível em: <<http://www.laprensa.hn/honduras/apertura/327852-98/hubo-fallo-importante-en-la-transparencia-paul-romer>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

LISTA Informativa Nicaragua y Más. **En Honduras, presidente y diputados son acusados por “ciudades modelo”.** 13 set. 2012. Disponível em: <<http://nicaraguaymasespanol.blogspot.it/2012/09/acusan-presidente-de-honduras-y.html>>. Acesso em: 15 set. 2012.

ODECO (Organização de Desenvolvimento Étnico e Comunitário). **Declaración de la Conferencia Nacional sobre las Ciudades Modelos.** 8 out. 2012. Disponível em: <<http://odecohn.blogspot.com.br/2012/10/declaracion-de-la-conferencia-nacional.html>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

OFRANEH. **Organizacion Fraternal Negra Hondureña.** Disponível em: <www.ofraneh.org>. Acesso em: 22 jan. 2013.

TRUCCHI, Giorgio. Honduras: movimentos sociais reage a privatização de rios e de energia. **Opera Mundi**, Especiais, 06 nov. 2010. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/reportagens/7380/honduras+movimentos+sociais+reage+a+privatizacoes+de+rios+e+de+energia.shtml#>>. Acesso em: 23 jul. 2015.

Texto enviado em: 26/05/2015
Aceito em: 22/06/2015